

Gilberto Andreassa Junior

**ATIVISMO
JUDICIAL
&**



**TEORIA DOS
PRECEDENTES**

**Integração dos Poderes e Coerência
nas Decisões do Judiciário**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4977-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Andreassa Junior, Gilberto.

A557 **Ativismo judicial & teoria dos precedentes:
integração dos poderes e coerência nas decisões
do judiciário./ Gilberto Andreassa Junior./
Curitiba: Juruá, 2015.
108p.**

1. Poder judiciário e questões políticas. 2. Poderes (Direito). I. Título.

CDD 340.1 (22.ed.)
CDU 340

000228

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – SISTEMAS (<i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i>)	19
1.1 Sistema de <i>Common Law</i>	20
1.2 Sistema de <i>Civil Law</i>	23
1.3 A Utilização dos Sistemas na Europa	24
1.4 Aproximação dos Sistemas de <i>Civil Law</i> e <i>Common Law</i> no Brasil	27
1.5 Conclusões do Capítulo	29
Capítulo II – ATIVISMO JUDICIAL	31
2.1 Fundamentos Teóricos ao Ativismo Judicial	32
2.1.1 A Teoria da Separação dos Poderes: do Estado Liberal ao Estado Social	36
2.1.2 Ativismo para Concretização dos Direitos Fundamentais.....	41
2.2 Colisão de Direitos Fundamentais e Ativismo Judicial	44
2.3 Reserva do Possível x Mínimo Existencial.....	47
2.4 Soluções Práticas para o “Problema” do Ativismo Judicial.....	50
2.4.1 Controle Preventivo (Jurisdicional) de Constitucionalidade.....	50
2.4.2 O Legislativo como <i>Amicus Curiae</i> nas Sessões de Julgamento.....	52
2.4.3 Filtragem das Ações Levadas ao Poder Judiciário pelos Membros do Poder Legislativo	53
2.5 Conclusões do Capítulo	54
Capítulo III – SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS (<i>STARE DECISIS</i>)	57
3.1 Jurisprudência: Conceito, Função e Classificação.....	58

3.1.1	Conceito	58
3.1.2	Classificação da Jurisprudência	59
3.1.3	Princípios Informadores da Jurisprudência	60
3.1.4	Aplicação da Jurisprudência no Ordenamento Jurídico Brasileiro ...	60
3.2	<i>Stare Decisis</i> e Coerência	64
3.2.1	Conceito	64
	3.2.1.1 Experiência, costume e igualdade	66
3.2.2	<i>Ratio Decidendi</i> e <i>Obiter Dictum</i>	67
3.2.3	<i>Overruling</i> e <i>Distinguishing</i>	68
3.2.4	<i>Anticipatory Overruling</i> e <i>Prospective Overruling</i>	70
3.2.5	<i>Transformation</i> , <i>Overriding</i> e <i>Reversal</i>	71
3.2.6	Precedente Vertical e Horizontal	72
3.3	Os “Precedentes” no Ordenamento Jurídico Brasileiro (STF e STJ).....	72
3.3.1	Precedentes no Supremo Tribunal Federal.....	73
	3.3.1.1 Decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade	73
	3.3.1.2 Decisão proferida no controle concentrado de constitucionalidade	75
	3.3.1.3 A repercussão geral	76
	3.3.1.4 Súmulas.....	77
	3.3.1.5 Súmulas vinculantes.....	78
3.3.2	Precedentes no Superior Tribunal de Justiça.....	80
	3.3.2.1 Recursos repetitivos	80
	3.3.2.2 A tentativa de implementação da repercussão geral no STJ: benefício ou irracionalidade jurídica?.....	82
3.4	A Equivocada Interpretação do Sistema de Precedentes nos Tribunais Superiores e a Solução Prática para o Problema	83
3.5	Conclusões do Capítulo	87
CONCLUSÃO GERAL		89
REFERÊNCIAS		91
ÍNDICE ALFABÉTICO		97